

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

III



Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

III



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: políticas públicas, ensino e formação 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: políticas públicas, ensino e formação 3 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0283-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.831221907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos, principalmente no que tange ao estabelecer de políticas públicas e valorização de sua produção científica. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação: Políticas públicas, ensino e formação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICA E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Denize Lustoza Marcondes Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219071>

CAPÍTULO 2..... 14

O EMPENHO PELA INCLUSÃO ATRAVÉS DE PRÁTICAS DISRUPTIVAS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Mariana Pinkoski de Souza

Paulo Fossatti

Hildegard Susana Jung

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219072>

CAPÍTULO 3..... 22

EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS PROFESSORES DOS CEIERs NO NOROESTE CAPIXABA


José Pacheco de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219073>

CAPÍTULO 4..... 31

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS: UMA EXPERIÊNCIA EM CAARAPO- MS

Tchaila Regina Santino Tomascheski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219074>

CAPÍTULO 5..... 38

A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE ASPERGER NO PROCESSO DA ABORDAGEM CENTRADA

Leonardo Vila Nova Câmara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219075>


CAPÍTULO 6..... 48

AVALIAÇÃO: NOTA OU CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGEM

Helena Teresinha Reinehr Stoffel

Junea Graciele Rodrigues Dantas de Brito

Luciane Demiquei Gonzatti







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219076>

CAPÍTULO 7..... 58

PROPOSTA DE ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219077>

CAPÍTULO 8	64
A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE TÉCNICA	
Marcelo Beneti Lúcia Villas Boas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219078	
CAPÍTULO 9	71
PARA UMA FORMAÇÃO SIGNIFICATIVA: A ABORDAGEM DESIGN THINKING AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR	
Paulo Juan Valente Edinair Valente da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8312219079	
CAPÍTULO 10	83
LETRAMENTO LITERÁRIO E O FOLHETO DE CORDEL – UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL	
Maria Aparecida Izídio André Monteiro Moraes Iara Patrícia Ferreira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190710	
CAPÍTULO 11	93
A PLURALIDADE CULTURAL ENSINADA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA CRIANÇA NO AMAZONAS	
Maria de Jesus Campos de Souza Belém Bernardina Barbosa da Silva Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190711	
CAPÍTULO 12	105
INFÂNCIA E PANDEMIA: UM ENSAIO SOBRE OS DESAFIOS VIVIDOS PELAS CRIANÇAS	
Yasmin Mayara Gomes Cavalcante Cleriston Izidro dos Anjos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190712	
CAPÍTULO 13	114
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM OLHAR A PARTIR DOS REGISTROS ESCOLARES	
Andréia Cadorin Schiavini Marilane Maria Wolff Paim Maria Lúcia Marocco Maraschim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190713	
CAPÍTULO 14	134
AS TDIC's UTILIZADAS COMO FERRAMENTAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DURANTE O ENSINO REMOTO DAS AULAS ASSÍNCRONAS	
Daniela Brugnaro Massari Sanches	


Patrícia Pascon Souto Tancredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190714>

CAPÍTULO 15..... 141

AVALIAÇÃO DAS AULAS REMOTAS DE SEMIOTÉCNICA NO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Márcia Cury Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190715>

CAPÍTULO 16..... 151

INICIAÇÃO ESPORTIVA UNIVERSAL: UMA APLICAÇÃO PRÁTICA NO ENSINO DO FUTSAL

Cláudia Moraes e Silva Pereira

Alfredo Cesar Antunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190716>


CAPÍTULO 17..... 159

O ENSINO DA COMPREENSÃO LEITORA: DIÁLOGOS FORMATIVOS COM DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ângela Druzian

Márcia Cristina Pereira de Oliveira

Fernanda Oliveira Brigatto Silvano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190717>

CAPÍTULO 18..... 165

RECICLAGEM EM CRICIÚMA-SC: UMA VISÃO CRÍTICA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL


Elen Gomes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190718>

CAPÍTULO 19..... 170

LINHAS EM MOVIMENTO: CONSTRUINDO OLHARES PARA A ARTE TÊXTIL

Maitê Oltramari Bavaresco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190719>

CAPÍTULO 20..... 181

TECNOLOGIA ASSISTIVA APLICADA NO ENSINO À DISTÂNCIA

Marcos Antônio Rodrigues de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83122190720>

SOBRE OS ORGANIZADORES 184

ÍNDICE REMISSIVO..... 185

CAPÍTULO 2

O EMPENHO PELA INCLUSÃO ATRAVÉS DE PRÁTICAS DISRUPTIVAS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 18/05/2022

Mariana Pinkoski de Souza

Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle, Canoas/RS. Bolsista Capes/ Prosuc. Integrante do grupo de pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos. Mestre em Reabilitação e Inclusão
<https://orcid.org/0000-0002-0044-7879>

Paulo Fossatti

Doutor em Educação. Reitor da Universidade La Salle, Canoas/RS e docente do PPG Educação desta universidade. Líder do grupo de pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos
<http://orcid.org/0000-0002-9767-5674>

Hildegard Susana Jung

Doutora em Educação. Coordenadora do PPG em Educação da Universidade La Salle, Canoas/RS. Vice- Líder do grupo de pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos
<https://orcid.org/0000-0001-5871-3060>

RESUMO: A gestão universitária na atualidade, em seus contextos multiculturais, empreendedores e engajados a favor das diferenças e da diversidade, evidencia e percebe uma realidade emergente que é promover práticas disruptivas na direção da inclusão universitária. Todos os indivíduos que frequentam a universidade, como professores, alunos e funcionários com singularidades e características

específicas, buscam reciprocidade, acessibilidade e principalmente amparo e receptividade. Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa é evidenciar práticas disruptivas da gestão universitária comprometida com a inclusão. Este estudo apresenta o delineamento qualitativo e consiste em um recorte de pesquisa, caracterizada por um estudo de caso, por meio de questionário online, destinado à coordenação do Núcleo de atendimento ao estudante de uma instituição superior comunitária do Sul do Brasil, bem como uma revisão de literatura acerca da temática abordada. Os resultados preliminares sinalizam que há uma legislação que garante a inclusão, mas que mais ações precisam ser realizadas para o acolhimento. A cultura da inclusão ainda é um desafio. Práticas disruptivas devem ser instauradas e desenvolvidas nas universidades a favor de pessoas consideradas diferentes para inaugurar um ensino superior que caminha a favor da inclusão e reciprocidade nas relações.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão universitária; Inclusão; Práticas Disruptivas.

THE COMMITMENT TO INCLUSION THROUGH DISRUPTIVE PRACTICES IN UNIVERSITY MANAGEMENT

ABSTRACT: Current university management, in its multicultural, entrepreneurial contexts and committed in favor of differences and diversity, highlights and perceives an emerging reality that is to promote disruptive practices towards university inclusion. All individuals who attend the university, such as professors, students and employees with specific singularities and characteristics, seek

reciprocity, accessibility and mainly support and receptivity. In this perspective, the aim of this research is to highlight disruptive practices of university management committed to inclusion. This study presents a qualitative design and consists of a research cut, characterized by a case study, through an online questionnaire, intended for the coordination of the Student Service Center of a community higher institution in the South of Brazil, as well as a review of literature on the topic addressed. Preliminary results indicate that there is a legislation that guarantees the inclusion, but that more actions need to be carried out for reception. The culture of inclusion is still a challenge. Disruptive practices must be introduced and developed in universities in favor of people considered different to inaugurate a higher education that moves in favor of inclusion and reciprocity in relationships.

KEYWORDS: University management; Inclusion; Disruptive Practices.

INTRODUÇÃO

O desassossego e empenho na busca pela inclusão de pessoas com deficiência e consideradas pela sociedade como diferentes no ensino superior é uma discussão válida já que a democratização das instituições deve estar em uma escala primordial para o avanço de uma comunidade e sociedade pluralista.

A atividade estudantil e laboral apresenta-se como parte fundamental na vida do ser humano, mas o tema pouco é discutido quando se trata do aluno, dos docentes e dos funcionários que são considerados diferentes diante a sociedade no ensino superior. A mudança de paradigmas antigos é fundamental para a inclusão de indivíduos nas universidades, já que a sociedade brasileira é fundada com base no princípio ético da equidade, assegurando direitos iguais ao processo educacional e trabalhista. O conceito de inclusão, não significa apenas inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino superior, mas implica preparar esse ambiente para recebê-la (CARDOSO, 2016).

De acordo com Fossatti, Souza e Jung (2017), e Freitas, Fossatti e Kortmann (2017), existem muitas barreiras para serem eliminadas. Apesar de a consciência social ter avançado em relação aos direitos à inclusão, a gestão universitária necessita alcançar uma cultura educacional inclusiva, em que a universidade não abra somente as portas, mas promova ações de acessibilidade e inclusão. Neste contexto de modificações constantes, a gestão universitária não deve fixar-se a padrões, nem a um sistema anacrônico, ou seja, ancorado em um modelo singular, não atendendo às necessidades de uma realidade alarmante referente às demandas em busca da inclusão de forma disruptiva.

É apresentado neste estudo, um recorte de pesquisa realizada em uma universidade comunitária, que investigou como uma universidade brasileira acolhe o estudante considerado pela sociedade como diferente. Este estudo apresenta o delineamento qualitativo e se caracteriza por um estudo de caso, que buscou dados por meio de questionário online (Google Forms), destinado à coordenação do Núcleo de atendimento ao estudante de uma instituição superior comunitária do Sul do Brasil.

A metodologia utilizada é amparada por Bardin (2012), onde permite-se que o foco de estudo vá se construindo e ajustando ao longo do processo analisado, a partir de três passos essenciais: 1) a pré-análise do contexto; 2) a exploração do material que será utilizado; 3) o tratamento de todos resultados, a inferência e a interpretação”. Para Yazan (2016), o estudo de caso pode ser ordenado em construções filosóficas sob a ótica da realidade individual e humana que permeia em mundos distintos como os sociais e culturais, mas que se complementam.

Além deste recorte de pesquisa, para a elaboração do referencial teórico, procedemos a uma revisão da literatura disponível nas bases de dados (Google Scholar; SciELO; Banco de Teses e Dissertações Capes e Capes periódicos). A pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos buscando os estudos publicados acerca da temática pretendida.

Como problema de pesquisa, a questão é: Quais são as práticas disruptivas que a gestão universitária realiza a favor da inclusão, bem como se estas práticas existem? Como objetivo iremos evidenciar práticas disruptivas da gestão universitária comprometida com a inclusão. Após a introdução deste estudo, será apresentado o referencial teórico, seguido dos resultados parciais e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil realizaram, com o passar dos anos, evoluções formais para o acesso da pessoa com deficiência (PCD) e as pessoas consideradas diferentes pela sociedade. O ingresso no ensino superior, a permanência e as oportunidades no mercado de trabalho, por grupos denominados “minorias” encontra-se nos dados do INEP com os percentuais mais baixos do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019). O termo minorias diz respeito aos grupos submetidos a processos de estigmatização e discriminação que derivam em formas de desigualdade e exclusão. Dentre esses grupos, os negros, os indígenas, os homossexuais, os imigrantes, as mulheres, com diferentes etnias, as pessoas com deficiência, os idosos, os obesos, os sem-teto, dentre outros grupos advindos do cenário das políticas econômicas neoliberais agentes de desigualdades.

No caso específico da efetivação de ações políticas que viabilizassem o acesso ao Ensino Superior, por parte do governo federal, foi somente a partir do século XX que se oficializam ações afirmativas pontuais para reparação de desigualdades estruturais, através da criação das denominadas cotas para a população comprovadamente de baixa renda.

Segundo Schneider (2017), com o aumento de ingressos de PCD nas instituições iniciaram ações com foco na inclusão, um exemplo é a criação do Programa Incluir vinculado

às Secretarias de Ensino Superior (SESu) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação (MEC). Especificamente no Ensino Superior, somente no ano de 2004, o decreto 5.296 regulamenta critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PCD ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

A população negra e indígena passa a ter o cumprimento de suas reivindicações de acesso ao Ensino Superior a partir dos anos 2000, e em 2012, através da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), conquistam a reserva de vagas para o ingresso nas Universidades Federais brasileiras e para as PCD esta Lei é alterada em 2016 para contemplar a totalidade das instituições federais, através da Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016). A lei 13.146 (BRASIL, 2015) estabelece atendimento prioritário e dá ênfase às políticas públicas nas áreas da educação para as pessoas com deficiência, reservando 10% de vagas nos processos seletivos de curso de ensino superior, técnico e tecnológico.

A partir da década de 90, o sistema educacional fica legalmente amparado no discurso inclusivo, nos princípios democráticos, porém os instrumentos legais isolados não garantem práticas inclusivas nas universidades (TOMELIN, 2018).

É fundamental lembrar que a diversidade populacional universitária não se detém somente nas pessoas com deficiência, mas em todos indivíduos que de alguma forma sentem-se diferentes, discriminados ou que precisam de apoio educacional e/ou institucional. Pessoas obesas, de etnias diferentes, religiões diferentes, diferentes opções sexuais e de identidade de gênero, diferentes raças, pessoas sem diagnóstico definido, pessoas com dificuldade de aprendizado, entre tantas outras.

Na visão de Barbosa (2009), são grandes os desafios num mundo cada vez mais multicultural, no entanto, identificamos esse multiculturalismo como real e essencial sustentáculo da integração social e democrática, tendo consciência e respeito pela diversidade, em particular dentro da universidade.

A universidade deve considerar como seu dever a função social no sentido de que as pessoas consideradas diferentes pela sociedade, deixem de ser representadas pelas categorias de ineficiência, de desvio, do atípico e de improdutivo, e a eles sejam assegurados os direitos à equidade de oportunidades no ensino superior. O princípio da educação inclusiva requer das instituições que atendam cada indivíduo de acordo com as suas especificidades, levando em conta as trajetórias escolares e laborais, as histórias de vida, as dificuldades e os meios de ajuda.

As instituições de ensino superior têm um papel fundamental no processo de garantia de direitos, por isso o comprometimento da gestão com ações e práticas disruptivas, em universidades comunitárias, é muito relevante para mudar cenários estagnados no tempo. A disrupção pode ser interpretada como uma interrupção do curso normal de um processo. As práticas disruptivas modificam o que já está constituído, assim como ideias e conceitos, causando uma ruptura em um modelo, padrão, protótipo ou exemplo (BECKETT, 2017). A gestão universitária atual deve estar atenta às práticas disruptivas, de acordo

com Colombo (2014), ultrapassando o conceito de administrar, já que é necessário prover recursos e incentivar a interação entre os profissionais e estudantes. A gestão universitária democrática e inclusiva também possui o objetivo de promoção da formação humana e da consciência social.

A gestão e a inclusão caminham juntas quando há o respeito e acolhimento de todos indivíduos, já que um sistema educacional inclusivo busca enfrentar a fragmentação interna que pode existir e promove a articulação e união em diferentes ações. A universidade deve unir a tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, com uma quarta função que as qualifica e promove, a gestão universitária, ou seja, os resultados significativos só serão alcançados com o comprometimento de gestores para uma mudança paradigmática da comunidade acadêmica de forma transversal e continuada. Os gestores universitários facilitam a intermediação de discussões e empreendimentos de modo a assegurar que todos indivíduos sejam considerados em sua inteireza, não se sentindo integrante, mas sim parte do todo.

A tarefa de inclusão passa a ser vista como objeto da gestão comprometida, em suas diferentes escalas de hierarquia, já que a universidade que quebra paradigmas está desenvolvendo e oportunizando práticas disruptivas a favor da equidade (OLIVEIRA, 2010). Para Beckett (2017) as práticas disruptivas modificam o que já está constituído, assim como ideias e conceitos, causando uma ruptura em um modelo, padrão, protótipo ou exemplo.

A seguir apresentamos os resultados parciais do recorte do estudo de caso em uma universidade comunitária do Sul do Brasil, bem como outras práticas que são realizadas ou que possuem uma intenção de realização em busca da inclusão de PCD ou consideradas diferentes pela sociedade.

RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados referentes ao estudo de caso com a coordenadora do Núcleo de Atendimento ao estudante (NAE) de uma instituição superior comunitária do Sul do Brasil, quando questionada quanto ao acolhimento, a mesma respondeu que o acolhimento é igual para todos. Em relação aos imigrantes, a universidade proporciona um trabalho ofertado pelo curso de Letras, que são oficinas de Português para imigrantes, com instrumentalização para a comunidade e oportunizar o ingresso para o mercado de trabalho.

Ao questionarmos se existe acolhimento especial para transgêneros, a coordenadora do NAE respondeu que há o direito da troca do nome social, quando o aluno comparece para efetuar a matrícula, ou ele já é aluno e quer mudar a situação na universidade. Além disso profissionais da psicologia e psicopedagogia atendem o (a) aluno(a) e a família, realizando a escuta, compreendendo as especificidades de todos. Sempre a Coordenação do curso é chamada para apoiar todos alunos (as), após repassar para o colegiado e

auxiliar nas escolhas das disciplinas para a adaptação. O NAE atende diferentes indivíduos que precisam de ajuda, como pessoas vulneráveis e mulheres que sofrem abuso, para o atendimento das mulheres existe um serviço chamado atendimento psicossocial. Além destes casos, existem casos de bullying, onde são promovidas palestras para esta problemática e outras, advindas das discriminações e o NAE está sempre aberto para atender todos estudantes, independente do que necessitam, com empoderamento, com auxílio na escolha de curso sob orientação profissional com estagiárias da psicologia, com questões emocionais, entre outras questões.

De acordo com Souza (2016) a educação em união com a gestão está imbricada no processo de transformação social e tem como compromisso além da inserção de políticas de ações afirmativas, no intuito de abarcar as desigualdades históricas para que estas disparidades sejam evidenciadas como parte do processo de conhecimento e para equidade no tratamento dos alunos e redemocratização das instituições.

Tratando-se também do ingresso no mercado de trabalho, para Oliveira (2009) uma instituição inclusiva é aquela que implica treinamentos, palestras de conscientização e educação, oficinas sobre as diferenças e a diversidade para todos os funcionários e alunos, com a intenção de melhorar as relações e processos que vão além da inserção de funcionários e professores considerados diferentes pela sociedade.

Os processos de inserção e posteriormente inclusão de todos alunos diferentes dependem muito do acolhimento da universidade, com ambientes sociais acessíveis, profissionais capacitados e principalmente pelas relações interpessoais sem preconceito.

Para Tomelin (2018), o apoio interdisciplinar nos processos universitários, facilita a vivência de todos indivíduos com distintas especificidades, pois além das políticas públicas instituídas e que devem ser cumpridas, a sensibilidade do contato social, geram resultados benéficos e estimulantes, que podem ser estimulados pela gestão universitária. Diante do resultados preliminares consideramos que práticas disruptivas são bem vindas no ensino superior para a inauguração de um novo tempo onde a gestão seja comprometida com a inclusão educacional, no contexto pedagógico e laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de inserção e posteriormente inclusão de todos alunos, funcionários e docentes considerados diferentes pela sociedade dependem muito do acolhimento da universidade, com ambientes sociais acessíveis, profissionais capacitados e principalmente pelas relações interpessoais sem preconceito. Estimulados por uma gestão universitária que atua interdisciplinarmente, com práticas disruptivas, como palestras de conscientização, oficinas, apoio educacional e psicológico, programas inclusivos, profissionais capacitados para apoio e instruções de voz ativa e liberdade para todos indivíduos.

Os resultados demonstram que existem legislações para a inclusão, que são

fundamentais para a inserção no ensino superior, mas são necessárias ações que quebrem a hegemonia e busquem equidade em todas dimensões da vida. Práticas disruptivas devem ser instauradas nas universidades a favor de pessoas consideradas diferentes para inaugurar um ensino superior que caminha a favor da inclusão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Frederico Kauffmann. **Professores com deficiência física no ensino superior: estudo de trajetórias escolares.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2012.

BECKETT, Samuel. **A case for disruptive innovation in education.** In: MAGA NA, Sonny. *Disruptive classroom technologies: A framework for innovation in education.* London: Corwin Press, 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, Brasília, 2004b. Disponível em: <https://bit.ly/3m7rxRo>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Manual de preenchimento do Censo da Educação Superior 2019: módulo curso. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, Brasília, 2012a. Disponível em: <https://bit.ly/3jus1PS>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015a. Disponível em: <https://bit.ly/3Dfg493>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3vFZ209>. Acesso em: 23 out. 2021.

BUENO, Belmira Oliveira; SARTI, Flavia Medeiros; ARNOLDI, Eliana Scaravelli. Contribuições da etnografia educacional para o estudo de minorias/maiorias. **Pedagogia y Saberes**, n. 49, p. 151.163-151.163, 2018.

CARDOSO, L. M. G. **Pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho: um estudo sobre lei de cotas, conflitos e cont (r) atos.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UnB. 2016.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência.** Porto Alegre: Penso, 2014.

FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildegard Susana. Educação superior no Brasil: a resistência da filantropia para garantir o acesso universal à universidade. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, pág. 437-447, 2017.

FREITAS, Simone Van Der Halen; FOSSATTI, Paulo; KORTMANN, Gilca Maria Lucena. **Inclusão de pessoas com deficiência (PCD) na educação superior: um olhar a partir das políticas de inclusão**. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Elaine Roberta de et al. **Ações de Inclusão de funcionários com deficiência em empresas de diferentes ramos de atividades**. Tese. 2009.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Editora Vozes Limitada, 2010.

SCHNEIDER, Tais; MESSA Dos Santos, Roberta. Inclusão no ensino superior: atendimento do núcleo de inclusão e acessibilidade da unipampa campus Alegrete. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 1, 2017.

SOUZA, Mariana Pinkoski de; TIMM, Edgar Zanini; GARIN, Norberto da Cunha. **Ações inclusivas na academia: professores universitários com deficiência**. Editora Universitária Metodista. São Paulo, 2016.

TOMELIN, K. N. et al. **Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente**. Revista Psicopedagogia, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n106/11.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

YAZAN, B. et al. **Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake**. Meta: Avaliação, v. 8, n. 22, p. 149-182, 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1038>. Acesso em 4 ago. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem centrada 38, 39, 41, 43, 44, 45

Alfabetização 33, 84, 86, 92, 114, 115, 117, 119, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 168, 184

Aluno 15, 18, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 96, 100, 118, 119, 120, 124, 125, 127, 129, 130, 137, 138, 139, 143, 144, 147, 148, 152, 156, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183

Aprendizagem 9, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 67, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 109, 111, 114, 116, 121, 122, 123, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 149, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 163, 179, 181, 182, 183

Arte 12, 62, 89, 95, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 180

Artes têxteis 170

Aulas assíncronas 134, 136, 137, 139

Avaliação 21, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 76, 77, 79, 80, 81, 141, 151

C

Compreensão leitora 159, 160, 161, 162, 163

Conhecimento 7, 12, 19, 27, 31, 36, 39, 42, 43, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 66, 72, 74, 76, 77, 79, 82, 87, 94, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 108, 116, 118, 119, 121, 127, 128, 130, 131, 132, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 152, 160, 161, 163, 168, 179, 182

Crianças 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 124, 152, 153, 154, 156, 157, 161, 162, 163

Criciúma 165, 166, 167, 169

Currículo escolar 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104

Curso técnico 64, 65, 68, 69, 141, 142, 144, 148, 149

D

Design thinking 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Discurso 17, 58, 122, 124, 125

E

Educação 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 37, 38, 39, 44, 46, 49, 52, 53, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 139, 140, 149, 152, 153,

156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 179, 180, 181, 182, 184
Educação ambiental 165, 166, 169
Educação do campo 22, 23, 25, 30, 114, 115, 133
Educação infantil 108, 109, 110, 112, 113, 159, 160, 161, 162, 163
Enfermagem 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150
Ensino 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 115, 121, 122, 123, 127, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 170, 180, 181, 182, 184
Ensino fundamental 32, 56, 60, 65, 69, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 160, 164, 170
Ensino remoto 134, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 149, 181
Ensino superior 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 79, 80, 81, 184
Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 25, 33, 71, 86, 108, 109, 115, 166, 184
Evasão escolar 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

F

Formação de professores 22, 30, 31, 37, 86, 184
Futsal 151, 152, 153, 156, 157

G

Gêneros textuais 55, 58, 60, 62, 84, 115, 123, 124
Gestão universitária 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

I

Inclusão 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 59, 90, 93, 181, 182
Inclusão escolar 38, 39, 40, 41, 45, 46
Infância 95, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 172
Iniciação esportiva 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158
Inovação 8, 32, 55, 72, 73, 79, 81, 82, 113, 141

L

Leitura 6, 9, 54, 62, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 114, 115, 116, 117, 121, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 148, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 170, 171, 179, 180, 182
Letramento 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 114, 115, 116, 117, 126, 127, 128, 129, 130,

131, 132, 133, 184

Letramento literário 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92

Libras 58, 59, 60, 61, 62, 63, 182

Literatura de cordel 83, 84, 90, 91

M

Metodologia 16, 23, 27, 29, 33, 40, 46, 53, 58, 59, 62, 70, 81, 84, 103, 108, 134, 136, 137, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 166, 181, 182, 183

Modelagem matemática 31, 33, 34, 37

P

Pandemia 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 181, 183

Pedagogia do esporte 151, 152, 153, 156, 157, 158

Planejamento 9, 25, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 65, 75, 102, 119, 127, 132, 151, 156, 157, 179

Pluralidade cultural 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Política 1, 2, 5, 8, 9, 10, 11, 20, 28, 38, 39, 45, 69, 87, 95, 98, 110, 131, 180

Práticas disruptivas 14, 16, 17, 18, 19, 20

Práxis pedagógica 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Professor 10, 23, 25, 26, 28, 32, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 64, 65, 66, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 89, 91, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 144, 162, 163, 181, 182, 183, 184

R

Reciclagem 165, 166, 167, 168, 169

S

Semiotécnica 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149

Síndrome de Asperger 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

TDICs 54, 134, 135, 137, 140





Tecelagem 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

III



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br





Ano 2022

Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

III



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br


Ano 2022